

SÍNTESE DA COMUNICAÇÃO AO Iº PAINEL DE ARQUIVOS
SUL-BRASILEIROS

por Francisco Riopardense de Macedo*

A existência do Arquivo Histórico do Rio Grande do Sul, des tacado há algumas dezenas de anos do Arquivo Público (Secretaria da Justiça), justifica-se pelo seu caráter de colecionador de papéis da terceira idade. Neste sentido é conveniente desde logo estabelecer a diferença.

Os cursos de treinamento de pessoal, organizados pelas associações ou federações do comércio ou da indústria se referem a arquivos correntes, isto é, a coleções de documentos de primeira idade, no máximo a arquivos intermediários (segunda idade). Nestes, os documentos foram recém-produzidos, ainda interessando ao seu produtor para defesa de direitos de seu exclusivo interesse. O consultante chega sabendo precisamente o que deseja, declara, com clareza a informação de que precisa. Copia, fotografa ou requer certidão e encerra com isto seu interesse na instituição. O funcionário, o arqui vista, apenas entrega o documento descrito com clareza pelo contribuinte.

No caso do Arquivo Histórico ou Arquivo Permanente o problema é completamente diverso. O consultante não vem com a indicação do documento e sim com a formulação do assunto. Formulação geralmente muito vaga e de um assunto para o qual ele necessita documento. No melhor dos casos ele sabe em qual Fundo (coleção) pode haver um documento sobre aquele assunto mas há, também, alguns pesquisadores, que nem o assunto conseguem formular com objetividade.

Fica, assim, dependendo inteiramente do atendimento, da ori entação que o arquivista lhe pode prestar. No Arquivo Histórico, ao

*Diretor do Arquivo Histórico do Rio Grande do Sul

contrário do Arquivo corrente ou do Arquivo intermediário, o funcionário, diretor ou atendente da sala não fica apenas no dever de entregar o documento pedido ele terá de indicar, escolher um documento que lhe sirva a um assunto formulado mais ou menos superficialmente.

É então que ocorre o perigo de filtragem ideológica, de o informante indicar, de um conjunto de documentos, apenas aqueles que ele aprecia, cujo conteúdo corresponde ao seu posicionamento sócio-político. É natural que isto aconteça; mesmo involuntariamente, inocentemente, ele faz a indicação achando que é a melhor, a mais justa, a mais adequada. Mas não deixa de ser filtragem ideológica que, sem dúvida, prejudica o pesquisador que, como historiador, busca a reinterpretação da história.

Daí porque em um Arquivo Histórico é indispensável a elaboração de instrumentos de pesquisa, que estabeleça uma relação direta entre o consulente e os documentos de cada Fundo (coleção). É uma espécie de eliminação do intermediário entre o consulente e o papel preciso. O instrumento de pesquisa - especialmente o repertório é uma sumulação de todos os documentos de um fundo com a indexação por assunto e outros que permita a escolha livre do documento certo para o assunto desejado, de acordo com a proposta do consulente, com a tese ou monografia que pretende.

O instrumento de pesquisa é, pois, uma ferramenta democrática, capaz de eliminar a filtragem ideológica; desnecessária ao Arquivo corrente e indispensável ao Arquivo Histórico.

Tanto o Arquivo Histórico de Porto Alegre como o Arquivo Histórico do Rio Grande do Sul preocupam-se, permanentemente, com a elaboração daqueles instrumentos.

Qualquer que seja o órgão onde funcione um Arquivo Histórico essa elaboração, permanente, e continuada é tão importante como o próprio atendimento. Está intimamente vinculado à administração dos papéis de terceira idade.